

A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Vanessa Alessandra Cavalcanti Peixoto - UFPB¹

psicopedagoga.vanessa@gmail.com

Leila Barbosa Costa - UFPB²

leilabarbosa.lbc@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo abordar, de forma breve e introdutória, o tema inclusão, a partir da perspectiva da atuação pedagógica dos professores da Educação Básica com crianças que apresentam deficiência, buscando analisar de forma ampla quais são as ações que este profissional deve seguir ou realizar para efetivamente incluir e não apenas inseri-las nas salas de aula. O estudo foi desenvolvido, tendo em vista o momento atual de mudanças de paradigmas e a realidade da inclusão de crianças ditas “normais” e com deficiências. Para a realização deste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, como também através de análise documental do Relatório da UNESCO sobre a EPT – Educação Para Todos (2013/2014). Respaldamo-nos em obras de teóricos que tratam do assunto sobre inclusão escolar, como: Isabel Parolin (2006) e Mantoan (2003), assim como, Paulo Freire (1996), que aborda a reflexão acerca da atuação pedagógica do professor. Conclui-se que a inclusão escolar não se restringe apenas aqueles alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em decorrência de uma deficiência, mas também a todos os outros que no decorrer do seu processo de aprendizagem venham apresentar dificuldades nesse processo. Sendo assim, espera-se que a inclusão escolar venha também suprir outras carências educacionais e que esses alunos possam alcançar desempenho acadêmico satisfatório a partir de uma atuação pedagógica que possibilite aos estudantes desenvolver e aprender plenamente de acordo com suas capacidades e limitação individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Atuação pedagógica, Inclusão, Criança.

RESUMEN: Este artículo tiene por objeto la dirección y una breve manera introductoria la inclusión tema, desde la perspectiva del desempeño docente de los maestros de educación básica a los niños con discapacidades que buscan analizar en términos generales, ¿cuáles son las acciones que deben seguir a este profesional o para llevar a cabo con eficacia incluyen no sólo tiene que insertar en el aula. El estudio fue desarrollado en vista de la hora actual de los cambios de paradigma y la realidad de la inclusión de los niños "normales", y dijo con discapacidad. Para este trabajo, se optó por realizar un estudio cualitativo de carácter bibliográfico, sino también a través del análisis documental de la Memoria de la Educación para Todos de la UNESCO - Educación para Todos (2013/2014). Nos Respaldamo en trabajos teóricos que tratan el tema de la inclusión escolar, como Isabel Parolin (2006) y Mantoan (2003), así como Paulo Freire (1996), que aborda la reflexión sobre el papel pedagógico del maestro. Llegamos a la conclusión de que la inclusión educativa no se limita a aquellos alumnos que tienen necesidades educativas especiales debido a una discapacidad, sino también a todos aquellos que en el curso de su proceso de aprendizaje será difícil en este proceso. Por lo tanto, se espera que la inclusión de la escuela también se reunirá con otras

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFPB.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFPB.

necesidades educativas, y que estos alumnos puede lograr un rendimiento académico satisfactorio de una actividad pedagógica que permite a los estudiantes desarrollar plenamente y aprender de acuerdo a sus capacidades y limitaciones individuales.

PALABRAS CLAVE: Rendimiento Académico, Inclusión, Niño.

INTRODUÇÃO

Os termos "exclusão" e "inclusão escolar" na educação têm sido constantemente associados aos casos de estudantes com deficiência³ identificada. Sabe-se, no entanto, que estes não são os únicos excluídos da escola. Existem outros fatores que contribuem para que ocorra a exclusão escolar. Neste trabalho, serão abordados esses outros fatores de inclusão e exclusão escolar, que precisam urgentemente ser debatidos, dada a sua atual relevância numa educação para todos onde não haja distinção em relação à classe socioeconômica, sexo, religião e gênero, assim como, aquelas características estéticas exigidas no padrão de beleza da mídia e tendo clara a importância da inclusão das pessoas com deficiência, como também dos demais estudantes da instituição escolar.

O termo "inclusão escolar" remete a vários aspectos. Contudo, o mais frequentemente associado a este termo é sobre a inserção de pessoas com deficiência numa sala de aula ou fazer com que esta pessoa esteja no meio de outras ditas 'normais'. Se analisarmos mais profundamente, incluir não está restrito apenas aos que tem alguma deficiência e não é apenas inserir tais pessoas em ambientes coletivos, mas sim, fazer com que as mesmas se sintam parte integrante do ambiente educacional, sendo aceitas e apoiadas por seus pares, tornando a inclusão um processo de construção em busca de uma escola para todos.

Para tanto, nos apoiamos em Freire (1996), como fundamentação para apontar três tópicos que os professores devem se utilizar em sua atuação pedagógica inclusiva, na perspectiva de ampliar uma visão da inclusão enquanto arquétipo de diferentes fatores implicados.

A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO PARA TODOS

Segundo o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos (2013/2014),

Cinquenta e sete milhões de crianças estão deixando de aprender, simplesmente por não estarem na escola. O acesso não é o único problema – a baixa qualidade compromete a aprendizagem, mesmo daquelas que

³ Nesse texto ora será utilizado o termo deficiência em designação àquele educando que apresenta alguma dificuldade de aprendizagem ao longo de sua escolarização, geralmente de causa orgânica, que exigem uma atenção mais específica e a provisão de recursos educacionais suplementares.

frequentam a escola. Um terço das crianças em idade de cursar a educação primária não está aprendendo o básico, estejam ou não na escola. (UNESCO, 2014, p. 3)

Partindo de uma interpretação sobre a exclusão, percebe-se que ela vai acontecendo tanto no acesso às escolas, como no direito a uma educação de qualidade. Partindo dessa definição, enfatizaremos a abordagem educacional da inclusão, sem nos determos a pessoas com deficiência, mas englobando todos os alunos, buscando aprofundar sua compreensão de forma mais ampla. Pois, não são somente as pessoas com deficiência que são excluídas em nossa sociedade e em nossas escolas. Existem pessoas que convivem no mesmo espaço físico que outras, mas que não estão propriamente integradas e incluídas, ou mesmo que não estão conseguindo lograr êxito nos seus estudos.

Para que os estudantes tenham uma educação de qualidade e que alcancem patamares cada vez mais altos no seu processo de aprendizagem o relatório da UNESCO aponta que

Um sistema educacional somente pode ser tão bom quanto seus educadores. Desenvolver o seu potencial é fundamental para elevar a qualidade da aprendizagem. Dados mostram que a qualidade da educação melhora quando os professores são apoiados – e pioram quando eles não o são, o que contribui para os níveis alarmantes de analfabetismo juvenil apresentados neste Relatório. (2014, p. 3)

Dentro deste contexto, os professores precisam estar formados e capacitados para lidar com a inclusão, pois, o termo “incluir” se refere à medidas que vão envolver a família, a escola e a comunidade das pessoas excluídas, seja por qual parâmetro seja utilizado. Dando ênfase a esfera escolar, segue-se o pensamento de Mantoan (2003), ao afirmar que para Incluir é necessário, primordialmente, melhorar as condições da escola para que seja um ambiente propício para a aprendizagem de modo que nela se possam formar pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, sem preconceitos e sem barreiras. Mas, o que significa um ambiente propício para a aprendizagem? Segundo Nolte e Harris:

[...] é aquele em que os esforços das crianças são estimulados, reconhecidos e elogiados; em que seus erros, fracassos e diferenças individuais são tolerados; em que são tratados com paciência, justiça, compreensão, bondade e consideração. (2003, p. 165).

Ou seja, é necessário que, nós educadores, possamos por em prática a inclusão, conhecendo e reconhecendo quais ações propiciarão uma aprendizagem que envolva todos os estudantes e a partir de então, tenhamos uma prática que desenvolva um ambiente propício, suprimindo assim, as necessidades elementares dos alunos.

Segundo Parolin (2006, p. 29) “o princípio da inclusão escolar é a certeza de que todos têm o direito de pertencer, de que necessitamos compreender e aceitar as diferenças”. Esse é o ponto principal da inclusão: aceitar o outro como ele é. Mas além de aceitar, precisamos, enquanto profissionais preocupados e comprometidos com uma educação de qualidade, pensar no que as crianças precisam para aprender e para isso é imprescindível abordar o tema sobre formação docente.

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire vai abordar a formação docente especificando que ensinar exige diversas decisões e posturas deste profissional que visa a autonomia o educando, como por exemplo, criticidade, humanidade, respeito aos saberes dos educando, estética e ética, entre outras exigências. Sobre este assunto ele insiste “[...] que formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas [...]”, (1996, p. 10) destrezas essas que, dentro dos padrões de perfeição impostos na sociedade, exclui os que não se adequam a esses padrões.

Hoje em dia, vivemos numa sociedade neoliberal e globalizada que é terrivelmente excludente, que enfatiza o sucesso a partir da meritocracia, onde cada um é responsável por alcançar os patamares almejados através da competição, mesmo que essa competição seja injusta em seus padrões de exigência, onde o “diferente” é evidenciado, onde as pessoas são aceitas pelo que tem ou podem oferecer e por este fato, muitas são discriminadas. Contudo, se esquece que o diferente é o que torna o ser humano único, com características próprias, com pensamentos e opiniões diversas e com uma história de vida peculiar.

Ou seja, muitas pessoas e, infelizmente, alguns os professores se incluem nessa lista dos que não entenderam o sentido real da prática inclusiva. Incluir denota um verdadeiro compromisso com a educação e com o ser humano, pois, o que está em jogo não é apenas fazer com que alguém seja inserido em um ambiente, mas é fazer com que esse alguém, independentemente de qualquer critério, seja aceito como é. Sem nunca esquecer que os excluídos da escola, geralmente, também são os mesmos que sofrem do processo de exclusão social.

Nessa perspectiva “Não existe um jeito de fazer inclusão, ou um método ou uma regra. Existe um princípio: Todos têm o direito de pertencer, de fazer parte do grupo” (PAROLIN, 2006, p. 38). Reconhecidamente a inclusão é um movimento que tem como pressuposto construir uma sociedade para todos. Assim, reconhecer e respeitar as diferenças que cada criança apresenta torna-se fundamental neste processo de inclusão que deve partir de um posicionamento crítico-reflexivo dos professores.

ATUAÇÃO PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Respalhando-nos na bibliografia atual sobre educação, Freire (1996), através de três tópicos abordados por ele, propõe e esboça alguns tópicos essenciais para uma atuação pedagógica que inclua, mas que também proporcione uma educação autônoma e libertadora. São eles: 1- Não há docência sem discência, 2- Ensinar não é transferir conhecimento e 3- Ensinar é uma especificidade humana.

No primeiro tópico, Freire vai afirmar que diante das diversas exigências para ensinar é necessário, “respeito aos saberes dos educandos, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer tipo de discriminação e reflexão crítica sobre a prática” (1996, p. 6). Respeitar o que os alunos trazem de conhecimentos e informações diante de suas histórias de vida, dos seus contextos e de suas experiências que possam se utilizadas e valorizadas como conhecimentos singulares que podem e devem ser socializados com o grupo, além de, aceitar o que não é habitual ou comum, ou seja, o novo, despindo-se dos preconceitos, isto é, conceitos pré concebidos, e a reflexão crítica que o professor deve fazer a partir da sua prática contribuem para minimizar a exclusão realizada tanto no acesso, como na quantidade como na qualidade da educação.

Permeando essa discussão envolvendo crianças com deficiência Vygotsky (apud RABELO, 1999, p. 20) vai afirmar que "uma criança portadora de um defeito não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, apenas se desenvolve de forma diferente". Nesse sentido, a criança em sua essência é a mesma, precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa. Construir seu conhecimento através de sua interação com os demais fará da pessoa com deficiência um ser capaz como os outros. Abordamos esse conceito de Vygotsky para enfatizar que não deve existir, na sala de aula, diferenciação entre as crianças no sentido de privilegiar uma ou outra, pois todas podem aprender levando em consideração suas potencialidades.

Entendemos, portanto, dentro deste contexto, que surge uma pergunta que não se refere a quem, mas, o que ou de que, as crianças necessitam basicamente para crescer e se desenvolver saudáveis? Uma pergunta que pode parecer ampla mais que impulsiona a nós educadores, a repensar as necessidades básicas das crianças. Precisamos aprender "a grande lição das nossas vidas: que a diferença não é um desvio da humanidade, mas uma forma de ser humano" como afirma Parolin (2006, p. 39). Tomando por base esse citação busca-se enfatizar o que é semelhante nos seres humanos diante da diversidade de diferenças existentes, isto é, o que todas as crianças precisam, sem levar em conta o que elas têm ou são..

Nesse ponto, utilizamos Freire para abordar o segundo tópico já explicitado: Ensinar não é transferir conhecimento. Segundo o autor, “ensinar exige consciência do inacabamento, bom senso e a convicção que a mudança é possível” (1996, p. 6). Isto é, a consciência da inconclusão é própria da experiência humana, é um processo indeterminado devido a evolução individual que cada sujeito faz diante suas experiências, além disso, a contradição autoridade-liberdade, confunde-se quase sempre com autoritarismo e liberdade, atrapalhando o equilíbrio do bom senso do professor na relação com seus alunos. De acordo com Freire,

Saber que devo respeitar a autonomia, a dignidade e a identidade do educando e, na prática, procurar a coerência com este saber, me leva inapelavelmente à criação de algumas virtudes ou qualidades sem as quais aquele saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante. (1996, p. 25)

Partindo do ponto do respeito aos educandos, tendo bom senso para conduzir sua atuação pedagógica, além de valorizar as potencialidades de cada aluno, o professor pode obter uma melhor relação educador-educando, favorecendo para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. Ao refletir sobre atuação pedagógica dos professores e a inclusão das crianças, ou mesmo sobre o ser humano em si, chega-se ao ponto de questionar: Quem é esse sujeito quando pensamos em inclusão escolar? Está restrito a algumas pessoas “diferenciadas” ou engloba a todos? Fabrício e Souza afirmam que esse sujeito, independente de quem seja:

“necessita de um olhar integral e não somente voltado para sua dificuldade (ou diferença); de uma relação que vá além da objetividade pedagógica; de um ‘ego auxiliar’ para poder constituir-se e de ser visto segundo suas possibilidades e não impossibilidades” (2006, p. 95).

Para que se possa falar sobre educação inclusiva é imprescindível que se aborde, primeiramente, a ideia básica sobre os direitos humanos que estão relacionados com o que é de direito da criança, ou seja, as necessidades fundamentais delas. Esses direitos são negligenciados quando ocorre a discriminação e a exclusão, seja ela de que forma for ou a quem for. A exclusão social vem ocorrendo ao longo dos tempos em diferentes esferas: quanto à cultura, quanto às classes sociais, quanto às raças diversificadas, quanto ao velho, quanto ao que vai de encontro com o dito ‘normal’ ou ‘padrão’. De acordo com Winkeler e Oliveira (*apud* STAINBACK, STAINBACK⁴, 2006, p. 110) “educação é uma questão de direitos humanos [...]”. Por isso a escola mais que incluir deve integrar socialmente todas as crianças buscando trabalhar para seu pleno

⁴ STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

desenvolvimento. E para isso é necessário focar o que essencialmente a criança precisa.

Muito se discute sobre as condições necessárias para que os alunos aprendam no contexto escolar. Nessas discussões, são enfatizados os aspectos didáticos e as questões sociais e culturais. Sem dúvida, é necessário que essas questões sejam contempladas, pela abrangência que assumem na educação. Contudo, é fundamental que, ao se discutir as situações de aprendizagens de qualquer área de conhecimento considerada essencial para a formação dos alunos, não se esqueça, por exemplo, que enquanto nossos alunos aprendem os conteúdos sistematizados na escola eles também aprendem e constroem conceitos, valores, igualmente importantes. Aprendem sobre a sua própria condição de aprendiz, suas potencialidades e suas dificuldades e vão construindo um autoconceito que, por sua vez, define suas atitudes em relação à vida, não só dentro da escola. Winkeler e Oliveira afirmam que,

no sentido mais amplo o ensino inclusivo propõe uma prática pedagógica que promova a inserção de todos os indivíduos em escolas onde todas as necessidades devem ser satisfeitas, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural. (2006, p. 111)

Nesse aspecto, pontuamos o terceiro tópico que Freire enfatiza, exposto anteriormente: Ensinar é uma especificidade humana. Essa especificidade exige, segundo o autor citado, “segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento e reconhecer que a educação é ideológica”. (1996, p. 6). Segurança, no que tange a autoridade do professor, ao conhecimento exigido para ensinar ao universo diversificado de estudantes, que implica competência profissional e, por sua vez, precisa estar associado à generosidade do professor em se relacionar com os discentes de forma humana, entendendo suas limitações e se colocando como mediador para que todos logrem sucesso em seu processo de aprendizagem, socialização e interação.

Quando se fala em atuação pedagógica inclusiva, muitas vezes surgem dúvidas, dificuldades e até mesmo o medo do novo, do desconhecido, levando a uma teoria sem a prática, mas é importante enfatizar que devemos trabalhar em busca de uma realidade onde a inclusão seja uma prática e não de uma utopia. Segundo Winkeler e Oliveira,

A ideia de educação inclusiva deixará de ser utópica quando todos os educadores se derem conta de sua condição humana. A partir da tomada de consciência desta condição abre-se a possibilidade de se agir com coragem, ou seja, de buscar alternativas de ação pedagógica com o coração; não um coração piedoso, mas um coração que busca construir uma relação de igualdade de aprendizagem com seus pares.. (2006, p. 114).

Isto é, quando as mudanças começarem a acontecer na educação, os professores poderão colocar em prática a inclusão do “todos” e contribuir para atender às necessidades educacionais básicas das crianças, a partir de então ocorrerá uma modificação no processo de aprendizagem. Os alunos terão prazer em adquirir novos conhecimentos e poderão, por direito, desenvolver suas habilidades. Outro fator também considerável para a inclusão é tornar a relação professor-aluno mais afetiva. Pellanda afirma que

[...] o mais importante ponto de partida para uma escola inclusiva, é o vínculo, a afetividade e o ‘estar disponível para ...’ Esses são os principais ingredientes para o sucesso não só do aluno, mas também de todos os que fazem parte do contexto escolar. (2006, p. 168).

A afetividade é necessária em qualquer caso da vida do ser humano, é uma das necessidades básicas das crianças, pois ela irá fazer com que o indivíduo se sinta notado, vivo, querido, tenha um sentimento de fazer parte, se sinta aprovado e reconhecido. O que possibilitará um caminho mais saudável no processo de aprendizagem.

Sabemos que a educação se dá num contexto de relações entre pessoas, sabemos também que as pessoas agem segundo seus princípios, valores e convicções e que estes, nem sempre são suficientemente claros e conscientes. Com isso se quer dizer que, o professor e seus alunos vivem num emaranhado de relações que podem contribuir ou não para a qualidade do ensino e, em muitos casos, tais relações podem ser fatores decisivos nesse processo. Por isso, é necessário para a criança, com necessidades especiais ou não, uma mediação “favorável” para seu desenvolvimento.

Entendendo o professor como um dos mediadores em sala de aula, as interações entre ele e os alunos não se limitam apenas aos aspectos cognitivos; a afetividade é uma dimensão sempre presente nos processos interativos. Nesse sentido, as interações próprias da sala de aula são carregadas de afetividade e, seguramente, esta carga afetiva vai exercer uma influência na aprendizagem. Não esquecendo que as crianças têm necessidades comuns a todo ser humano, necessidade de ser cuidado, orientado e visto em suas carências.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, chega-se a conclusão que a atuação pedagógica inclusiva, apesar de suas dificuldades, deve ocorrer de forma concreta por parte de professores comprometidos em garantir o direito dos estudantes de aprender e se desenvolver sendo atendidas suas necessidades individuais, além da participação de

todos da comunidade escolar. Sem um olhar de pena ou de compaixão pelas crianças com deficiência, os professores precisam incluir todas as crianças. No mundo e mais precisamente, nas escolas, existem crianças que são excluídas por diversos fatores e precisam ser incluídas e aceitas como são, para fazê-las avançar, progredir em seu desenvolvimento. Como afirma Pires,

Na escola de todos e para todos, todas as crianças têm direito, independentemente de suas diferenças individuais e sociais, a ter acesso e sucesso no ensino regular, e a escola a obrigação de assegurar a qualidade das aprendizagens [...] (2006, p. 84)

Nesse sentido, concluímos que, para serem incluídas e para aprenderem no ambiente escolar é fundamental que algumas necessidades essenciais das crianças sejam supridas. Necessidades essas que sendo reconhecidas irão favorecer aprendizagem sistemática satisfatória e significativa a cada aluno, respeitando seu tempo e seu ritmo, de acordo com suas capacidades e potencialidades.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FABRÍCIO, N. M. de C.; SOUZA, V. M. de C. B. de. **A inclusão escolar e a nossa realidade educacional**. 2006, (on line). Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=328>. Acesso em 13/11/2014
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Porque é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003ª
- NOLTE, Dorathy Law, HARRIS, Rachel. **As Crianças Aprendem o que Vivenciam**. Trad. Maria Luiza Newlands Silveira. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- PAROLIN, Isabel Cristina Hierro (Org). **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.
- PELLANDA, C. L. G. (2006). Possibilidades de inclusão no sistema público de ensino. In Parolin, I. *Aprendendo a incluir e incluindo para aprender (pp. 165-182)*. São José dos Campos, SP: Pulso Editorial.
- RABELO, Annete Scotti. Adaptação Curricular na Inclusão. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC - Ano 9, n1 21, 1999.
- UNESCO, **Ensinar e aprender: alcançar a qualidade para todos**. Relatório de monitoramento global de EPT, 2013-2014, Relatório conciso. 2014.
- WINKELER, Maria Sílvia Bacila; OLIVEIRA, Mari Angela Calderari. Educação Inclusiva: desafios para o cotidiano escolar. In: PAROLIN, Isabel Cristina Hierro (org.). **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender**. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006. p. 105-114.